



MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO: perspectivas metodológicas introdutórias

Leandro Eliel Pereira de Moraes¹

RESUMO

Este artigo apresenta elementos introdutórios do materialismo histórico e dialético a partir de seu pressuposto histórico-materialista, de sua lógica dialética e da práxis revolucionária a partir da produção teórica de Marx e Engels, ou seja, o método dialético, que lhe permitiu compreender o movimento contraditório da realidade e de suas múltiplas determinações; a teoria do valor-trabalho, que lhe permitiu, na aplicação do método, compreender historicamente o funcionamento da sociedade capitalista e suas especificidades; e a perspectiva da revolução, que surgiu de forma mais evidente após as revoltas operárias vivenciadas pelos autores. Trata-se, a partir de uma pesquisa bibliográfica, do resgate dos elementos iniciais da produção teórica dos autores que deram origem a um método não só de análise da realidade, mas de sua transformação.

Palavras-chave: Materialismo histórico e dialético. Práxis. Revolução.

1

HISTORICAL AND DIALECTICAL MATERIALISM: introductory methodological perspectives

ABSTRACT

This article presents introductory elements of historical and dialectical materialism based on its historical-materialist assumption, its dialectical logic and the revolutionary praxis from Marx and Engels' theoretical production, meaning, the dialectical method which allowed them to understand the contradictory movement of reality and its multiple determinations; the labor value theory, which, in the application of the method, allowed them to historically understand the functioning of the capitalist society and its specificities; and the perspective of the revolution, which emerged more evidently after the workers' uprising experienced by the authors. It is, based on a bibliographical research, about the rescue of the initial elements of the theoretical production of the authors that gave rise to a method not only of analysis of reality, but also its transformation.

Keywords: Historical and dialectical materialism. Praxis. Revolution.

¹ Pós-doutorando em Educação – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, participante do Grupo de Pesquisa HISTEDBR. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0239-4608>. E-mail: leandroeliel@gmail.com



MATERIALISMO HISTÓRICO Y DIALÉTICO: perspectivas metodológicas introductorias

RESUMEN

Este artículo presenta elementos introductorios del materialismo histórico y dialéctico desde su asunción histórico-materialista, su lógica dialéctica y praxis revolucionaria desde la producción teórica de Marx y Engels, es decir, el método dialéctico, que le permitió comprender el movimiento contradictorio de la realidad y sus múltiples determinaciones; la teoría del valor trabajo, que le permitió, en la aplicación del método, comprender históricamente el funcionamiento de la sociedad capitalista y sus especificidades; y la perspectiva de la revolución, que surgió más claramente después de las revueltas obreras vividas por los autores. A partir de una investigación bibliográfica, es el rescate de los elementos iniciales de la producción teórica de los autores lo que dio lugar a un método no solo de análisis de la realidad, sino también de su transformación.

Palabras clave: Materialismo histórico y dialéctico. Praxis. Revolución.

INTRODUÇÃO

Durante o período de produção teórica de Marx e Engels, no século XIX, o desenvolvimento técnico capitalista produzia uma ciência cada vez mais especializada na busca pelo aumento da produtividade. No campo teórico, ocorria o mesmo, um conhecimento cada mais especializado. Marx, que geralmente é qualificado como sociólogo, economista, filósofo, militante comunista, não se enquadra com facilidade em nenhuma dessas definições, pois buscou a abrangência e a articulação desses conhecimentos, produzindo uma teoria social.

José Paulo Netto (2002) afirma que a característica principal do materialismo histórico e dialéctico é a articulação entre três pilares fundamentais: o método dialéctico, que lhe permitiu compreender o movimento contraditório da realidade e de suas múltiplas determinações; a teoria do valor-trabalho, que lhe permitiu, na aplicação do método, compreender historicamente o funcionamento da sociedade capitalista e suas especificidades, e a perspectiva da revolução, que surgiu de forma mais evidente após as revoltas de 1848/49, em vários países europeus, momento em que a classe operária vislumbrou sua independência. Cada



um desses pilares sustenta-se nos outros. Retirar um desses pilares, segundo o autor, é mutilar o método de Marx.

A construção do materialismo histórico só foi possível pelo conhecimento historicamente produzido até então, assim como pela atividade política da classe trabalhadora assalariada que se fortalecia. O método dialético foi construído a partir da filosofia clássica alemã, fundamentalmente pelos diálogos críticos com Hegel e Feuerbach, assim como pelos intensos debates com os hegelianos de esquerda. A teoria do valor-trabalho teve como ponto de partida seus diálogos críticos com a economia política clássica inglesa, tendo Adam Smith e David Ricardo como principais expressões. A perspectiva da revolução foi forjada a partir das experiências e debates com os socialistas utópicos franceses e pela percepção de que a classe trabalhadora assalariada não possuía mais interesses comuns com a burguesia.

Se, para Marx, até aquele momento “[...] os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras” e o que importava era “transformá-lo” (2007, p. 535, grifos do autor), isso não significava que a teoria fosse menos importante que a prática; há uma relação dialética entre elas na perspectiva de transformação social: “A *filosofia* é a cabeça desta emancipação e o *proletariado* é o seu coração. A filosofia não pode realizar-se sem a supressão do proletariado, o proletariado não pode supressumir-se sem a realização da filosofia” (MARX, 2005, p. 156, grifos do autor). A história, em seu desenvolvimento contraditório, ganhou centralidade em suas análises por meio de uma perspectiva materialista e dialética. Uma história de sujeitos concretos, cujas contradições produzem o movimento contraditório da realidade. Veremos adiante por que a classe trabalhadora, para Marx e Engels, adquire centralidade como sujeitos históricos da transformação social. Dessa forma, o conceito de práxis é fundamental para a compreensão do materialismo histórico e dialético.

Para a exposição do método marxiano, seguiremos os passos indicados por Netto (2002), analisando cada um desses pilares que fundamentam o materialismo histórico e dialético. Evidentemente que a



separação aqui é apenas formal, como recurso metodológico de análise, sendo que, conforme salientado, esses elementos estão inter-relacionados em toda sua produção.

ELEMENTOS INICIAIS DO MÉTODO MATERIALISTA HISTÓRICO E DIALÉTICO

Segundo Ernest Mandel (2001), o marxismo surge ao mesmo tempo como uma transformação revolucionária e como uma unificação progressiva das ciências humanas e sociais, do movimento político mais radicalizado das revoluções burguesas, do movimento operário que surgia e do socialismo utópico. Marx e Engels partem do que já existia, assimilando o saber acumulado nos variados campos das ciências humanas, e o submetem a um exame crítico.

Na área das ciências sociais, Marx e Engels tomam contato com a sociologia francesa clássica, encontrando discussões sobre a luta de classes; na economia política inglesa encontraram a teoria do valor-trabalho e na filosofia alemã clássica, o debate filosófico sobre o materialismo, o idealismo e a dialética.

No movimento político, como militantes, estiveram diante de um processo social radicalizado. As revoluções burguesas europeias atingiram seu ponto máximo, trazendo em seu curso setores progressistas da burguesia e um movimento operário que reagia às consequências de um capitalismo industrial que visava romper com as amarras do sistema feudal.

No campo teórico e estratégico de contestação da sociedade capitalista, em contato com o socialismo utópico, Marx e Engels estabeleceram um diálogo crítico com suas perspectivas que, segundo Coggiola, na obra *Introdução à teoria econômica marxista* (1998),

[...] concebiam o surgimento de uma nova sociedade, seja como fruto da pregação filantrópica sobre a classe dominante – Owen, Fourier, a variante especificamente burguesa do “socialismo utópico” –, seja como resultado da ação decidida de um restrito setor de vanguarda do proletariado – Blanqui, líder do proletariado parisiense, em cujos partidários Marx reconheceu o “partido comunista” verdadeiramente atuante (COGGIOLA, 1998, p.11).



A contribuição de Marx e Engels para a perspectiva socialista foi a centralidade da luta política a partir de uma profunda análise da realidade, ou seja, compreender o desenvolvimento capitalista e suas contradições para que a combinação da luta econômica e política iniciasse a superação do capitalismo.

É nesse contexto que eles, como teóricos e militantes políticos, fazem uma reflexão crítica sobre a realidade existente, colocando a história como elemento central de suas análises, assim como uma concepção materialista articulada com a lógica dialética.

É nos primeiros escritos de Marx e Engels que encontraremos a fundamentação sobre o materialismo histórico e a lógica dialética, ainda que esses referenciais sejam objetos de reflexão por toda a trajetória deles, valendo o destaque de que a compreensão da construção do método, nesses autores, só pode se dar no conjunto de suas obras, não numa simples afirmação ou postulado.

O PRESSUPOSTO MATERIALISTA

Um dos aspectos do método marxista é o seu pressuposto, qual seja, o da determinação. Para os idealistas, o movimento do pensamento é fundamental e determinante em relação ao movimento da realidade material. Hegel, seu principal expoente, dizia que “tudo que é racional é real, tudo que é real é racional”, ou seja, a realidade existe em função do pensamento, a história da humanidade nada mais é do que a história do desenvolvimento do Espírito, da Ideia Absoluta.

Marx e Engels colocam como ponto de partida os indivíduos reais, suas condições materiais de existência, invertendo a equação hegeliana, ou, como disse Marx (2002, p.29): “Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico”. Portanto, para os materialistas, o movimento da matéria, do real precede o movimento das ideias, que são a expressão ideal do movimento real. Engels, sobre isso, escreveu:



A grande questão, fundamental de toda a filosofia moderna, é a [...] da relação do pensamento com o ser, do espírito com a natureza [...], a questão de saber qual é o elemento primordial, se o espírito ou se a natureza [...], conforme respondam, desta ou daquela maneira, a esta questão, os filósofos dividem-se em dois grandes campos. Os que afirmam o caráter primordial do espírito face ao da natureza e que, conseqüentemente, admitem, em última instância, uma criação do mundo seja ela de que espécie for, [...] formam o campo do idealismo. Os outros, que consideram a natureza o elemento primordial, pertencem às diferentes escolas do materialismo (ENGELS apud LENIN, 2006, p.17).

Marx e Engels, na obra *A Ideologia Alemã*, fundamentando seus pressupostos materialistas e a centralidade da história no debate com os neo-hegelianos de esquerda, afirmaram que o primeiro pressuposto da história dos homens é que estejam vivos. O primeiro ato histórico consiste em que os homens produzam os meios para satisfação de suas necessidades básicas, ou seja, a produção de sua vida material. E fazem isso por meio do trabalho.

6

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza (MARX, 2002, p. 211).

Marx nos diz que, ao produzirem sua vida material, os homens modificam a natureza e a si próprios. Mas o realizam sob condições materiais existentes. Na produção de suas vidas, os homens contraem determinadas relações sociais que são condicionadas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, herdadas historicamente das gerações anteriores. O conjunto dessas relações forma a estrutura econômica de uma sociedade, sobre a qual se levanta uma superestrutura política, jurídica e ideológica. A forma como produzem e distribuem os frutos de seu trabalho condiciona a



consciência social. Não é a consciência social que condiciona o seu ser, é o seu ser social que condiciona a consciência.

Como travavam um debate intenso com os hegelianos de esquerda, os aspectos materiais foram ressaltados, mas o movimento dialético da realidade permite a compreensão de suas inter-relações, ou seja, aquilo que é determinante pode ser determinado. É no contexto de algo concreto, orgânico, que se estabelecem relações em que o determinante e o determinado podem mudar de posição. A relação da estrutura econômica com a superestrutura política, jurídica e ideológica não era mecânica, como salientou Engels numa carta a Block:

Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fator determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levantam sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados; as constituições que, uma vez vencida a batalha, a classe triunfante redige etc.; as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participaram; as teorias políticas, jurídicas, filosóficas; as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a se converter num sistema de dogmas – também exercem influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores (ENGELS apud OLIVEIRA e QUINTANEIRO, 2002, p. 39).

7

Marx não se restringiu ao debate com os idealistas, suas críticas também se direcionaram para uma referência importante no campo materialista, Feuerbach, que, segundo Marx, não superou os limites de suas críticas. Feuerbach defendia que a principal alienação do homem era a sua concepção religiosa. A crítica religiosa combateria a alienação, promovendo a libertação da consciência. Segundo Marx, as condições de alienação da humanidade estão calcadas no processo real de produção da vida e somente a transformação da realidade, na luta política, seria



capaz de extingui-la. Além disso, criticava o materialismo mecanicista de Feuerbach pela limitação de captar o mundo como objeto de contemplação e não como resultado da ação humana.

Para os hegelianos de esquerda e Feuerbach, a história era resultado das ideologias. Marx e Engels concebiam a história como um processo em constante movimento, com contradições e transformações. Defendiam a possibilidade de captar a lógica de funcionamento dessa realidade histórica para que pudessem nela intervir.

A LÓGICA DIALÉTICA

Se o materialismo tem relação com o pressuposto filosófico, com o conteúdo, a dialética tem relação com a lógica, com o ordenamento do pensamento, com a forma. O materialismo e a dialética resultam de um longo processo histórico. Há três combinações fundamentais: materialismo mecanicista, dialética idealista e materialismo dialético. O marxismo ou teoria do materialismo histórico adota o materialismo dialético como método. Evidentemente, professar o marxismo não significa ter êxito na adoção do método materialista histórico e dialético. Ademais, se observarmos grandes períodos, veremos que determinadas condições históricas entorpeceram a capacidade dos próprios marxistas de utilizar esse método, ao menos na análise de determinados fenômenos sociais. Outra ressalva é a dificuldade de explicar a lógica dialética, não só pelo conflito com a lógica formal como pela dificuldade em explicar algo que é movimento em movimento. O que vai para o papel já é "movimento" morto.

Mesmo encontrando a origem da dialética em tempos remotos, no início do pensamento filosófico, principalmente com Heráclito - "nos mesmos rios entramos e não entramos, somos e não somos", como também em pensadores chineses como Kung-sunLung e Tai-chen, passando por Spinoza, seu auge foi com Hegel, que caracterizava a dialética como realidade em constante mudança, não como soma de fatos, mas como combinação de processos; a concepção de toda a realidade como uma totalidade, de interconexões entre suas partes; movimento como resultado de contradições



internas dessa totalidade; conhecimento como apreensão do real pelo pensamento, como interação entre sujeito e objeto (MANDEL, 2001).

Essa foi uma importante fonte para o método marxista, já que a lógica formal possuía – e ainda possui – uma força predominante nas explicações sobre a realidade. Lógica que se estrutura de acordo com as seguintes premissas: princípio da identidade (o ser é o ser) e princípio de semelhança (ou não-contradição: o não-ser não é); maniqueísmo, separação dos contrários, pauta-se no juízo valorativo; ordem/ordenamento: do simples para o complexo, prevê etapas e controle de variáveis; concebe a história a partir da linearidade, da evolução e do progresso; requer a harmonia e a ordem como estabelecedoras do desenvolvimento; pressupõe a neutralidade.

Vários autores marxistas trataram da dialética. Entre eles Lênin, em *Cadernos sobre a dialética de Hegel* (1989, vol.6, p. 199-200) e em *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* (2001); Henri Lefebvre, em *Lógica formal e lógica dialética* (mimeo, s/d) e Wilhelm Reich, em *Materialismo Dialético e Psicanálise* (s/d).

Reich classificava a dialética da seguinte forma: a) captar o movimento “era, é..., tende a ser”. Analisar objetivamente o movimento, não é o pensador dialético que torna o fenômeno dialético. Devemos captar como o movimento próprio da coisa estudada evidencia a dialética; b) toda forma traz em si uma contradição, o seu contrário, em unidade. Essa contradição se desenvolve internamente até o conteúdo romper a forma, gerando uma nova; c) tudo que nasce já traz em si o germe de sua própria superação. Tudo que nasce tende a desaparecer, tudo é movimento; d) as contradições não são absolutas, possuem uma relação de identidade. Uma coisa pode se transformar no seu contrário; e) não há juízo de valor nas transformações, são movimentos necessários. Aquilo que possibilitou o movimento pode vir a paralisá-lo; f) o amadurecimento interno da contradição é progressivo, mas sua resolução é por ruptura, um salto de qualidade; g) todo movimento evidencia uma dupla negação, uma negação da negação. A primeira forma é negada pela segunda que é



negada pela terceira, gerando uma aparente volta à primeira. A negação da negação está num patamar superior.

Essas características estão presentes tanto na dialética hegeliana como em Marx. Em *O Capital* (2002), por exemplo, pode-se ver o vigor da aplicação de seu método dialético. No prefácio da primeira edição alemã, de 1867, Marx apresenta, ainda de forma embrionária, o seu método quando explica que “é mais fácil estudar um organismo, como um todo, do que suas células” (p.16). No prefácio da segunda edição, vai além, afirmando que

É mister, sem dúvida, distinguir formalmente o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem que se apoderar da matéria em seus pormenores, que analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isso se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori (MARX, 2002, p.28).

Em sua obra *Introdução à contribuição para a crítica da Economia Política*, Marx apresenta de forma mais elaborada seu método afirmando que, do ponto de vista da economia política, “Parece mais correto começar pelo que há de mais concreto e real nos dados; assim, pois, na economia, pela população, que é a base e sujeito de todo ato social da produção” (MARX, 2008, p. 258). Mas, esse não é o caminho correto, do ponto de vista do autor, pois deixaríamos de lado os elementos que fundamentam essa população, como o trabalho assalariado, o capital etc. Se começássemos pela população, dessa forma, teríamos uma visão caótica do todo. Por meio de uma análise mais precisa chegaríamos a representações mais simples, na decomposição das partes do todo, podendo, assim, percorrer o caminho de volta e chegar à população como uma rica totalidade com suas múltiplas determinações e relações.

Dessa forma, do concreto abstrato, passando pela análise das diversas determinações, chegaríamos ao concreto pensado, ou, dito de outra forma,



do singular, passando pelo particular, chegaríamos ao universal com uma rica compreensão da realidade, conforme descreve Marx:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Assim é que Hegel chegou à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se absorveem si, procede de si, move-se por si, enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta. Porém, isso não é, de nenhum modo o processo de gênese do próprio concreto (MARX, 2008, p. 258-259).

Marx dizia que se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência não seria necessária. Portanto, o método materialista e dialético é fundamental para revelar as conexões que estão por trás das aparências, suas interconexões. Para sair do abstrato e alcançar o concreto pensado, a essência, é indispensável a mediação teórica.

A unidade metodológica entre o pressuposto materialista e a lógica dialética garante o rigor do método marxista. O abandono de um desses aspectos trouxe para parte do marxismo e de organizações políticas sérios problemas para a compreensão da realidade, ora resvalando num materialismo mecanicista, ora num voluntarismo idealista. Como já afirmamos, isso não garante eficácia por si só; em determinadas condições históricas a interpretação dos marxistas é obstaculizada pela própria realidade.

A PRÁXIS

Os três pilares fundamentais da construção teórica de Marx, apontados por Netto (2002), são coerentes com a formulação marxiana do conceito de práxis. Adolfo Sanchez Vázquez, em sua obra *Filosofia da práxis*



(2007), apresenta o conceito da práxis como elemento fundamental para a compreensão do marxismo, tendo como indicação inicial o “termo ‘práxis’ para designar a atividade consciente objetiva, sem que, por outro lado, seja concebida com o caráter estritamente utilitário que se infere do significado do ‘prático’ na linguagem comum” (p. 28).

Aquilo que normalmente é entendido por “prática” é a ação despida de qualquer posicionamento crítico, ou seja, uma certa naturalização dos processos para a obtenção de resultados imediatos: se forem tomadas tais atitudes, chega-se a tais resultados. Inclui apenas o “como fazer”, próprio de quem só executa, sem qualquer indício do “como saber”, próprio de quem é sujeito da própria ação.

Em seguida, compreendendo a práxis não só como interpretação do mundo, mas também como processo de sua transformação, o autor afirma que o marxismo é a superação tanto do idealismo como da visão imediata e ingênua da prática cotidiana. A práxis é exatamente a unidade entre teoria e ação, por isso, sem negar elementos do idealismo e da prática cotidiana e enriquecendo-se deles, pode, sob a perspectiva do marxismo, superá-los num novo patamar. Isso não quer dizer que a vida prática cotidiana não contenha elementos teóricos, pelo contrário, ela está carregada de ideologias e teorias, mas, que não se apresentam de forma coerente e que não são suficientes para explicar e compreender a realidade existente. “O mundo prático é – para a consciência comum – um mundo de coisas e significações em si” (p.33), ou seja, a reflexão filosófica não aparece como elemento necessário de significação para a relação do homem com as coisas. Nesse sentido, Vázquez aponta a conexão dessa consciência com as relações sociais burguesas:

Juntamente com esse objetivismo, em virtude do qual o objeto prático fica separado do sujeito, já que não se vê o seu lado humano, subjetivo, a consciência comum leva a cabo – não há dúvida de que sem perceber isso – uma segunda operação: a redução do prático a uma única dimensão, a do prático-utilitário. Prático é o ato ou objeto que produz uma utilidade material, uma vantagem, um benefício; imprático é o ato ou objeto que carece dessa utilidade direta ou imediata.



O ponto de vista da consciência comum coincide, neste aspecto, com o da produção capitalista e com o dos economistas burgueses. Para a consciência comum, o prático é o produtivo, por sua vez, sob o prisma dessa produção capitalista é o que produz um novo valor ou mais-valia (VÁZQUEZ, 2007, p. 33).

Para Vázquez, as pessoas muitas vezes separam teoria e prática, como se fossem atividades contrapostas, executadas por pessoas que ocupam funções sociais distintas. A ideologia burguesa potencializa esse ponto de vista.

Qual a origem dessa separação? Vázquez (2007) faz um esboço histórico desse processo, retomando a Grécia Antiga como seu momento marcante. Para os gregos a atividade prática, o trabalho, por exemplo, era atividade indigna para os filósofos e apropriada para os escravos, pois tratava-se de uma ação que escravizava o homem aos interesses da matéria. O ócio era a virtude para os gregos, já que dessa forma estavam entregues à filosofia e à política. Platão e Aristóteles foram suas maiores expressões. Platão entendia a política como unidade da teoria e prática, mas, tendo a primeira a primazia. A práxis política era o terreno por excelência da atividade prática digna, “a aplicação dos princípios absolutos traçados pela teoria” (p. 39). Para Aristóteles, a práxis política situava-se num plano inferior ao teórico, não havia possibilidade de unidade entre teoria e prática, devendo a prática ser renunciada em favor da regência da teoria. Para os dois teóricos, mesmo com essas distinções, a vida teórica é o terreno da realização humana. Essa concepção de mundo foi possível devido, entre outros fatores, às condições sociais que o escravismo permitia, possibilitando-lhes trabalho servil suficiente para a dedicação às atividades teórico-políticas. O valor do trabalho humano era ignorado, seu produto caracterizava-se pelo seu valor de uso - o valor que igualava os produtos para a troca não havia sido descoberto. Produtor e produto do trabalho estavam separados. “A divisão social do trabalho aprofunda, destarte, a divisão entre contemplação e ação, e leva à exaltação do homem como ser teórico” (p. 41).



O autor afirma que, na Renascença a “consciência filosófica da práxis sofre uma mudança radical” (p.43), pois o homem deixa de ser um mero sujeito teórico e passa a ser demiurgo de sua própria história, influenciado pelo contexto social, político e econômico da sociedade burguesa que nascia, cujos interesses guiavam as transformações científicas a serviço de um novo modo de produção capitalista. A ação, nesse sentido, é valorizada. A ação contemplativa não é negada, continua tendo uma posição privilegiada em relação à ação prática. A divisão entre o trabalho manual e o intelectual continua, mesmo com a valorização do trabalho e com o enfraquecimento da ideia de atividade servil e indigna e atividade livre e digna.

Sob a revolução industrial do século XVIII, a valorização da ação prática se acentua, o que não significa de nenhum modo a valorização do trabalhador. O que impulsiona a práxis produtiva sob o capitalismo é o desenvolvimento das forças produtivas na relação homem e natureza para a obtenção da valorização do valor, ou seja, do capital. O que importa é a transformação da natureza por meio da ciência para atingir objetivos concretos. A práxis produtiva seria meramente econômica, não apresentando reflexos sobre outras esferas sociais, como analisam Adam Smith e David Ricardo, por exemplo, o que foi criticado por Marx e Engels, que demonstraram que o trabalho, além de sua transformação na natureza exterior, opera uma transformação na natureza do próprio homem.

Para elevar-se a um novo patamar, a práxis necessitará, segundo Vázquez, passar pelo seguinte percurso:

Para que a consciência filosófica possa elevar-se a reivindicação plena da práxis em sua totalidade como esfera essencial do homem, será necessária a descoberta do caráter social da práxis material, do trabalho, caráter que até agora – desde os gregos até o Renascimento – foi visto sobretudo (quando não exclusivamente) na atividade teórica, ou em certas atividades privilegiadas do homem, como a arte e a política. Mas essa descoberta só será alcançada quando chegar até suas últimas consequências a concepção do homem como ser ativo e criador que, com as limitações antes apontadas, já encontramos no Renascimento e, quando



partindo da importância capital do trabalho humano – posta em relevo no plano econômico pelos economistas clássicos-, essa atividade humana criadora for considerada uma atividade prática material, isto, é práxis (VÁZQUEZ, 2007, p. 51).

Hegel, segundo o autor, é quem primeiro deu esse passo inicial. Feuerbach e Marx completam os marcos fundamentais desse processo.

A CONCEPÇÃO DA PRÁXIS EM HEGEL

Segundo Vázquez (2007), a “filosofia idealista alemã é uma filosofia da atividade” que assumiu sob Hegel a forma de uma “filosofia do saber absoluto” abrindo “caminho – ao se inverter radicalmente o conteúdo dessa atividade – à filosofia da práxis” (p.63).

As condições dessa filosofia da atividade se deram no contexto da revolução francesa. A passividade alemã diante das revoluções burguesas Hegel explicava pela realização de outra revolução, a reforma protestante. Se a revolução prática já havia acontecido, restava a revolução teórica – a atividade da consciência, do espírito, até levá-la ao plano absoluto – em cuja vanguarda ele e outros filósofos idealistas alemães estavam. Esse plano do absoluto é o do Espírito, que é tudo. Hegel não separa sujeito e objeto, que estão numa condição de identidade absoluta. Mas isso não se dá de imediato. O caminho do sujeito para o objeto se dá numa trajetória racional, exposta na *Fenomenologia do Espírito* (1807), até o reconhecimento pleno pelo sujeito de que é espírito, ou seja, sujeito, desaparecendo o dualismo sujeito-objeto.

Nesse processo teórico, Hegel reconhece como sua manifestação a atividade prática do trabalho humano, que é social. Vázquez apresenta sua formulação inicial da seguinte forma:

O trabalho é a satisfação imediata de uma necessidade; não imediata como seria uma satisfação instintiva. Com efeito, não se trabalha para fazer um uso imediato daquilo que é produzido. A satisfação real abre caminho para uma satisfação ideal e possível, com que o trabalho adquire um caráter universal e abstrato. Trabalhando para si, para satisfazer uma necessidade determinada, o homem troca a satisfação de sua necessidade pela satisfação das



necessidades de outros; desse modo, na medida em que satisfaz uma totalidade de necessidades, trabalha para todos. Isso acarreta, por sua vez, a divisão do trabalho. Seguindo os economistas ingleses, Hegel ressalta os benefícios materiais dessa divisão do trabalho, já que aumenta a riqueza produzida; no entanto, não deixa de ver as consequências negativas dessa divisão, sobretudo com o trabalho da máquina: limitação da capacidade do trabalhador individual e degradação cada vez maior de sua consciência. Ao vincular-se o trabalho individual com uma massa de necessidades, seu vínculo se torna cego (VÁZQUEZ, 2007, p. 72).

Vázquez salienta que Hegel não desconhece as consequências negativas do trabalho, mas que ele não vai além do que os economistas ingleses foram, e que essa negatividade não foi buscada nas suas origens sociais, de classe, que Marx desenvolveu. Em seguida, Vázquez apresenta uma questão de fundamental importância para a compreensão hegeliana da práxis e do trabalho humano, que é o processo de transformação do objeto, por meio do trabalho, para a satisfação das necessidades humanas.

16

Enquanto relação entre o homem e a natureza, o trabalho é satisfação mediata do desejo. O objeto não é destruído, mas sim muda de forma. Destruindo a forma do objeto, mas não o próprio objeto, este recebe uma forma que não tinha por si mesmo. O trabalho é, portanto, processo de formação e transformação. Nega a imediatez natural, mas, à diferença do animal que para satisfazer seu desejo destrói – devora – o objeto, o homem o transforma (VÁZQUEZ, 2007, p. 73).

É importante destacar a sequência dessas reflexões para, mais adiante, verificarmos a forma como Marx buscará em Hegel seu diálogo, como fonte e objeto de crítica. A continuidade imediata da citação é a seguinte:

Todavia, apenas pode transformá-lo na medida em que respeita sua legalidade, conhecendo suas leis e ajustando-se a elas. Se o homem produz ferramentas porque é racional, também há de ser racional o seu uso. Com o instrumento, o homem se dobra às coisas, à sua legalidade, para poder mudar sua forma, para que a coisa adquira uma forma nova. Porém, toda essa transformação tem como base a



adequação à legalidade do objeto. Tal é a “astúcia da razão” que o instrumento encarna: dobrar-se às leis da natureza para melhor transformá-la (VÁZQUEZ, 2007, p.73-4).

Em seguida, na *Fenomenologia do Espírito*, Hegel avança na sua compreensão sobre o trabalho na luta entre senhor e escravo que, segundo o autor, é a luta pelo reconhecimento de sua própria humanidade. O senhor arrisca sua vida material pelo seu reconhecimento, enquanto o escravo preserva sua vida material abdicando de seu reconhecimento como humano. O trabalho é o meio em que passa esse processo de reconhecimento. O senhor submete o escravo ao trabalho para que este lhe garanta sua sobrevivência, sendo que o escravo, por meio do trabalho, da transformação da natureza em objetos de necessidade, também transforma sua própria natureza, humanizando-se. Essa humanização, ainda que se efetiva somente no plano ideal, é a condição da libertação do escravo e o movimento de elevação do Espírito, da plena autoconsciência. O trabalho aparece aqui como atividade do espírito, no reconhecimento do espírito nas próprias coisas, ou seja, na medida em que o produto do trabalho é resultado da ação humana, essa objetivação adquire uma humanidade. Nesse processo, o escravo toma consciência dessa objetivação, que a produção de riqueza é uma atividade humana, que seu trabalho é condição de sua libertação. “O aspecto positivo do trabalho é evidente porque, ao formar coisas, forma e forja o próprio homem” (p. 77). O que há de inédito até esse momento, segundo o autor, é a dimensão positiva do trabalho como práxis, como fundante da própria humanidade, ainda que revestido de uma justificativa idealista de que a relação entre opressores e oprimidos se dê pela necessidade de reconhecimento. “O fim último e o interesse da filosofia é conciliar o pensamento, o conceito, com a realidade” (HEGEL apud VÁZQUEZ, 2007, p. 110).

A CONCEPÇÃO DA PRÁXIS EM FEUERBACH

Segundo Vázquez (2007), Feuerbach, em sua obra *A essência do cristianismo*, leva a cabo uma crítica às concepções hegelianas do



Absoluto, de Deus, da Ideia, substituindo-os pelo homem real, verdadeiro sujeito. Feuerbach afirma que o homem projetou em Deus – criação humana – desejos de perfeições e da infinitude. Deus seria a objetivação da essência humana que, mesmo tendo o produzido, não se reconhece nele, nem tem consciência de que ele é sua criação, o que faz desse processo uma forma de alienação. Essa alienação assume as seguintes características gerais:

- a) o sujeito é ativo e com sua atividade cria o objeto;
- b) o objeto é um produto seu e, no entanto, o sujeito não se reconhece nele; lhe é estranho, alheio; e
- c) o objeto obtém um poder que não tem por si só e se volta contra o sujeito, domina-o, convertendo-o em predicado seu (p. 90).

Feuerbach defende uma crítica religiosa como fundamento da crítica da alienação, ou seja, a necessidade de o sujeito conscientizar-se de sua verdadeira natureza, reconhecer em si o que atribui a Deus. Dessa forma, a superação da alienação, segundo Feuerbach, é uma ação meramente teórica em contraposição à teologia. Livre da falsa consciência de que Deus é objeto externo ao homem, é possível chegar a uma verdadeira essência humana. Além disso, o autor aplica sua crítica religiosa às demais concepções de Hegel na relação sujeito-objeto.

Na relação teoria e prática, Feuerbach apresenta uma concepção pejorativa da ação prática: “Onde o homem se coloca do ponto de vista prático para contemplar daí o mundo, convertendo esse ponto de vista em teórico, vive em discórdia com a natureza, fazendo dela a mais humilde serva de seus interesses egoístas, de seu egoísmo prático” (Apud VÁZQUEZ, 2007, p. 105). Aqui, mais uma vez a ação prática entendida como utilitarista é contraposta a uma atitude teórica, a única capaz de humanizar o homem. Por isso, para Feuerbach não há necessidade de que a ação prática altere o estado das coisas.

Se em Hegel constata-se um avanço no que diz respeito ao papel do sujeito na História, em especial sobre a centralidade do trabalho, ainda que esse sujeito esteja revestido de um invólucro místico; em Feuerbach podemos



também constatar um avanço no deslocamento do sujeito místico, do Espírito, para o humano, ainda que a prática humana fique negligenciada. É com Marx que, segundo Vázquez, “o problema da práxis como atividade humana transformadora da natureza e da sociedade passa para o primeiro plano. A filosofia se torna consciência, fundamento teórico e seu instrumento” (VÁZQUEZ, 2007, p.109).

MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO: MÉTODO, PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA E TEORIA SOCIAL

Karl Marx (1818-1883), originário de uma família de camada média urbana, inicia seus estudos em direito, projeto substituído pelo estudo de filosofia. Sua perspectiva era seguir uma carreira acadêmica como professor universitário, abandonada pela intervenção do governo de Frederico Guilherme IV na Universidade de Berlim. Em função disso, Marx é convidado para trabalhar na Gazeta Renana, periódico da burguesia local que fazia oposição ao governo. Nesse trabalho, Marx depara-se com um dilema. Desde a antiguidade os camponeses recolhiam lenha da floresta, artigo de extrema necessidade para a cozinha e para o aquecimento. Tratava-se de um direito consuetudinário. Em 1842, por meio de um decreto imperial, com o avanço das relações capitalistas, o recolhimento de madeiras é proibido e considerado furto. Os camponeses se revoltam e a repressão governamental se instala. Marx coloca-se ao lado dos camponeses justamente quando os proprietários da Gazeta fazem um acordo com o governo. Sua defesa dos camponeses estava muito mais calcada por razões éticas do que qualquer sentimento de pertencimento de classe ou por questões políticas. Diante desse contexto é que Marx se depara com os dilemas políticos das contradições sociais. Nesse mesmo ano, em viagem para Colônia, com o objetivo de conhecer a Gazeta Renana, Engels se encontra pela primeira vez com Marx.

Friedrich Engels (1820-1895), também originário da Renânia, teve uma trajetória parecida com Marx, em função de sua proximidade com os hegelianos de esquerda. Enviado para a Inglaterra para trabalhar na fábrica



de tecidos de seu pai, ele toma contato com a dura realidade dos operários ingleses e com o pleno desenvolvimento do capitalismo industrial, da "oficina do mundo". É nesse ambiente que Engels inicia um estudo sobre as condições de vida e de trabalho na Inglaterra, resultando, em 1844, no ensaio *Esboço de uma crítica da economia política*, ponto de partida para a publicação, em 1845, da obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Esse esboço, como veremos adiante, foi lido por Marx e fora de fundamental importância em seus estudos e para o início de uma relação de parceria duradoura.

Em 1843, Marx casa-se com Jenny Von Westphalen, filha de nobres, com quem mantém um casamento duradouro. A partir da experiência frustrada na Gazeta Renana, Marx se autoexila e segue para Paris, local permeado pelos conflitos sociais e de classes e também um centro de refugiados políticos de todas as partes. No caminho, no Balneário alemão de Kreuznach, onde passa sua lua de mel por algumas semanas, inicia seus estudos sobre variados temas. O filósofo alemão, tocado pelos acontecimentos com os camponeses, queria compreender a relação entre Estado e a sociedade civil. Lukács (2009), no resgate das reflexões de Marx em sua tese de doutoramento, afirma que ele ainda se mantinha preso aos referências idealistas², mas com uma perspectiva democrática radicalizada.

Nesses estudos, Marx depara-se com o texto *Filosofia do Direito*, de Hegel, que aborda justamente a relação entre Estado e sociedade civil, sendo esta tratada como o reino da miséria física e moral, que, em seu movimento contraditório, torna-se espaço de realização humana na medida do avanço de sua racionalidade, que se dá com o surgimento do Estado, fundador e organizador da sociedade civil. Marx, sob influência de Feuerbach, propôs uma inversão nessa relação, operando uma mudança de suas reflexões, assumindo uma perspectiva materialista. Para Marx, ao contrário de Hegel, era a sociedade civil que permitia a compreensão do

² "Mas a prática filosófica é também teórica. É a crítica que se relaciona com a existência singular da essência, com a realidade particular da ideia" (p. 137).



Estado, conforme seus *Manuscritos de Kreuznach*³, estudo em que apresenta as primeiras críticas a Hegel. Mesmo sob a influência de Feuerbach nesse debate, Marx não aceitava seu materialismo mecânico e sua naturalização do ser humano, reforçado pela ausência de uma perspectiva política, cuja importância já se apresentava para Marx, na medida em que “[...] era compreendida como o meio adequado para transformar a filosofia em verdade, ou seja, para realizá-la” (FREDERICO, 1995, p.53).

Marx buscou compreender a situação prussiana, a revolta camponesa, sob esse mesmo viés. Assim, encontramos os primeiros elementos de construção de seu método, sendo que a crítica era o ponto de partida: “não nos antecipamos sobre o mundo de amanhã pelo pensamento dogmático [...] nós não queremos encontrar o mundo novo senão através da crítica do velho” (MARX apud FREDERICO, 1995, p.54). Assim como Feuerbach lidou com a crítica da religião, Marx pretendia realizar uma crítica da política e do Estado, na contramão de Hegel.

Para Marx, o Estado não podia ser concebido como algo fora da sociedade, separado dela. Em Hegel, o Estado é resultado/síntese das contradições dos indivíduos, que transferem para a esfera estatal a personificação da vontade geral.

Se Hegel tivesse partido dos sujeitos reais como a base do Estado, ele não precisaria deixar o Estado subjetivar-se de uma maneira mística. Diz Hegel: “Mas apenas como *sujeito* a subjetividade está em sua verdade, a personalidade apenas como *pessoa*”. Isto também é uma mistificação. A subjetividade é uma determinação do sujeito, a personalidade, uma determinação da pessoa. Em vez de concebê-las como predicados de seus sujeitos, Hegel autonomiza os predicados e logo os transforma, de forma mística, em seus sujeitos (MARX, 2009, p. 44, grifos do autor).

O que Marx propôs não foi apenas uma inversão dessa relação, mas a crítica do poder político do monarca, do Estado, que Hegel, no final de sua

³ A Editora Boitempo traduziu essa obra com o título de *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (2005), que contém o texto *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*, publicado nos anais Franco-Alemães, em 1844. Adotarei neste texto a designação de *Manuscritos de Kreuznach* para a obra escrita em 1843.



vida, defendeu. Nesse momento, há uma clara distinção sobre o papel do Estado. Sampaio e Frederico (2009) resumem da seguinte forma:

Primeiro temos Hegel, para quem o Estado é a totalidade existente e consciente da sociedade humana, um universal concreto, um sujeito-objeto existente. Em segundo lugar temos Feuerbach, para quem o Estado é a “consciência articuladora” da sociedade civil, o universal que harmoniza os diferentes interesses particulares reais, objetivado somente no interior das mentes dos sujeitos individuais, preferentemente na dos estadistas. [...] Terceiro, e finalmente, Marx, que, apoiado na doutrina do segundo e aplicando-a a um “ente terrestre”, denuncia o Estado como o fim universal usurpado da sociedade civil, fora de seu controle, agindo como um falso sujeito autônomo oposto à sociedade civil. Em Hegel, portanto, o Estado é o fim da alienação; no Marx de 1843 é o princípio da alienação; no Marx maduro, a sociedade sem classes cumpre o processo de desalienação (SAMPAIO; FREDERICO, 2009, p. 99-100).

Diante dessa crítica inicial da obra hegeliana, Marx dirigiu seus estudos para a compreensão da sociedade civil, ou seja, para a crítica da economia política, projeto iniciado com os *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* e que teve seu ápice na produção de *O Capital*.

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nesse momento inicial de elaboração teórica de Marx que encontraremos a introdução do conceito de práxis, que está ligada a uma necessidade prática e teórica de transformação social. Marx se contrapôs tanto aos hegelianos de esquerda, que acreditavam que uma crítica radical da realidade seria capaz de alterá-la, quanto aos adeptos do poeta Heine, que acreditavam que a transformação era apenas uma questão prática, sem a necessidade da filosofia. Marx percebeu que a filosofia por si mesma não era capaz de alterar a realidade, sendo necessária a sua negação para a sua realização, ao mesmo tempo em que a práxis era uma mediação entre a filosofia e o mundo real. “Por meio da práxis, a filosofia se realiza, se torna prática, e se nega, portanto, como filosofia pura, ao mesmo tempo em



que a realidade se torna teórica no sentido de que se deixa impregnar pela filosofia” (VÁZQUEZ, 2007, p. 116).

Essas reflexões iniciais, contidas no *Manuscrito de Kreuznach*, que Marx não pretendia publicar, foram o ponto de partida para a construção posterior do texto publicado nos Anais Franco-Alemães, de 1844: a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*, que continha os elementos iniciais para a fundamentação do materialismo histórico e dialético.

[...] os manuscritos de 1843 revelam, de modo bastante claro, que o materialismo dialético não é de modo algum uma síntese eclética de dialética hegeliana e materialismo feuerbachiano; ao contrário, eles demonstram que a inversão da filosofia hegeliana, a “colocação sobre os próprios pés” do que estava de cabeça para baixo, modificou qualitativa e fundamentalmente a dialética enquanto tal. O marxismo não nasce simplesmente da decisão de cancelar a mistificação do “espírito do mundo” e de outros conceitos desse tipo, mas conservando, ao mesmo tempo, o método de Hegel, combinando de modo eclético, no melhor dos casos, com um material recolhido das ciências naturais, com análises econômicas e sociológicas etc. Trata-se, ao contrário, de desenvolver um método fundamentalmente novo, oposto à dialética hegeliana. [...] embora o ponto de vista materialista já desempenhe um papel significativo em tais manuscritos, falta ainda o fundamento essencial, ou seja, o ponto de vista de classe do proletariado (LUKÁCS, 2009, p. 150-151, grifos do autor).

Entre 1843, ano da produção dos *Manuscritos de Kreuznach*, e 1844, com a sua publicação, Marx transita de um democrata radical para uma perspectiva comunista, tendo o proletariado como agente histórico fundamental da transformação social. O caráter histórico universal do proletariado afirmado por sua posição no processo de produção da sociedade capitalista. A emancipação do proletariado representaria a emancipação de toda a humanidade das condições de exploração capitalistas. A práxis é reafirmada: “Assim como a filosofia encontra no proletariado suas armas materiais, o proletariado tem na filosofia suas armas espirituais...” (MARX apud VÁZQUEZ, 2007, p. 118).

Nesse momento, as afirmações acerca do proletariado ainda são vagas, suas condições específicas de exploração sob o capitalismo, por



meio da extração da mais-valia, ainda não tinham sido reveladas. Se até esse momento houve o encontro da filosofia com a política, em seguida, por meio do seu contato com o estudo de Engels sobre as condições da classe operária inglesa e com os estudos dos economistas clássicos ingleses, Marx realizou o encontro da filosofia com a economia, permitindo-lhe avançar na concepção do proletariado como sujeito da práxis produtiva. Foi no encontro com o texto de Engels – que Marx caracterizou como um “esboço genial” – que a crítica da economia política mostrou-se como o caminho para a compreensão da sociedade civil.

Em 1844, em Paris, a partir dos escritos de Engels, Marx aprofundará seus estudos críticos sobre a economia política inglesa. Adam Smith e David Ricardo, entre outros, captaram parte do movimento da realidade burguesa, não conseguindo revelar outros elementos que ainda se gestavam, e que Marx buscava apreender.

Essa trajetória teórica inicial foi enriquecida com a militância política de Marx e Engels no movimento operário europeu, nas várias localidades por onde passaram, o que lhes permitiram avançar em seus estudos e na produção de uma teoria social. Para os propósitos deste texto, e como dissemos inicialmente, o materialismo histórico e dialético não se resume aos aspectos introdutórios aqui mencionados, é preciso percorrer suas vastas obras para que tenhamos uma compreensão adequada de um método não só de análise da realidade, mas que objetivava uma transformação radical da sociedade.

REFERÊNCIAS

COGGIOLA, O. **Introdução à teoria econômica marxista**. São Paulo: Viramundo, 1998.

FREDERICO, C. **O jovem Marx** (1843-44: as origens da ontologia do ser social). São Paulo: Cortez, 1995.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética**. Mimeo, s/d.

LÊNIN, I. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Lisboa: Edições Avante!, 1989. Obras Escolhidas.



LÊNIN, I. As três fontes. **Cadernos de Expressão Popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MANDEL, E. **O lugar do marxismo na história**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2001.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 18. ed. Tradução Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

OLIVEIRA, M. G. M.; QUINTANEIRO, T. Karl Marx. In: QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 25-59.

PAULO NETTO, J. **Método em Marx**. Curso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2002. [Transmissão oral. Gravada em 5 DVDs].

REICH, W. **Materialismo dialético e psicanálise**. São Paulo: Ed. Causa Operária. Jornal Livro – ano II, n. 08, s/d.

SAMPAIO, B. A.; FREDERICO, C. **Dialética e materialismo**: Marx entre Hegel e Feuerbach. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 1. ed. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Recebido em: 28 de outubro de 2021.
Aprovado em: 03 de dezembro de 2021.
Publicado em: 04 de dezembro de 2021.

